

## O PESSIMISMO BRASILEIRO

Luiz Carlos Bresser Pereira  
(*Folha de S. Paulo*, 6/8/93)

*Abstract:* Há hoje um grande pessimismo em relação ao Brasil. Já se tornou lugar comum a afirmação de que o Brasil é o gigante que está ficando para trás na América Latina. Enquanto os demais países estabilizaram suas economias e estão retomando o desenvolvimento, o Brasil permanece com taxas de inflação superiores a 30 por cento ao mês, enquanto sua economia se mantém estagnada. Desta forma o Brasil estaria perdendo a oportunidade de liderar a América Latina. Há muito de verdade nesta visão.

Há hoje um grande pessimismo em relação ao Brasil. Já se tornou lugar comum a afirmação de que o Brasil é o gigante que está ficando para trás na América Latina. Enquanto os demais países estabilizaram suas economias e estão retomando o desenvolvimento, o Brasil permanece com taxas de inflação superiores a 30 por cento ao mês, enquanto sua economia se mantém estagnada. Desta forma o Brasil estaria perdendo a oportunidade de liderar a América Latina. Há muito de verdade nesta visão. De fato, é impossível imaginar a retomada do desenvolvimento enquanto prevalece no país uma "hiperinflação indexada", que se distingue das hiperinflações clássicas por não ser explosiva nem dolarizada, mas delas se aproxima ao inviabilizar o cálculo econômico e desestimular o investimento orientado para a expansão da produção. É preciso, entretanto, não exagerar a crítica, porque, se o fizermos, estaremos arriscados a não compreender o que está, de fato, ocorrendo no Brasil.

Recentemente um economista de Washington, que por suas relações com o Brasil deveria conhecê-lo bem, escreveu que no Brasil todas as tentativas de reforma econômica fracassaram. Esta é uma afirmação que se ouve com frequência no exterior, e no entanto é simplesmente falsa. Algumas reformas

foram completadas ou apresentaram grandes avanços. O equilíbrio da conta corrente externa foi alcançado ainda na primeira metade dos anos 80 e continua sendo mantido através de elevados superávits comerciais. O ajustamento fiscal não se completou, mas muito foi feito nesse sentido. Em 1990 e 1991 o Brasil apresentou um superávit ao invés de um déficit público. Em 1992 e 1993 a economia voltou ao déficit, mas isto não se deveu ao aumento da despesa pública e sim às taxas de juros altíssimas que o Estado deve pagar sobre a sua dívida pública interna.

Por outro lado, as reformas estruturais do Estado também estão caminhando. A abertura comercial foi de fato realizada. Os controles administrativos de importação foram eliminados e o cronograma de redução linear das tarifas de importação, obedecido. Hoje a economia brasileira é, essencialmente, uma economia aberta. Em certos setores, como no da indústria automobilística, excessivamente aberta. Enquanto o México e a Argentina limitam a importação de automóveis, o Brasil está sendo inundado por automóveis de luxo. A privatização também está caminhando. De vagar, porque não se pretende fazer a liquidação do patrimônio público. Mas firmemente. E as reformas estruturais das empresas também estão ocorrendo. Seja devido à abertura comercial, seja devido às tentativas de ajuste fiscal e de estabilização, as empresas foram obrigadas a um extraordinário programa de reestruturação e de modernização. Os gastos administrativos foram violentamente cortados, os níveis hierárquicos, reduzidos, a terceirização avançou. Ao mesmo tempo, investimentos foram realizados para manter a indústria competitiva internacionalmente. Apenas não foram realizados investimentos visando a expansão da capacidade produtiva.

É, portanto, um total equívoco afirmar que as reformas econômicas não ocorreram no Brasil. Mas, se assim é, por que, então, não apenas os estrangeiros mas também os próprios brasileiros estão tão pessimistas em relação ao país? A razão é simples: uma inflação de 30 por cento ao mês é insuportável, não obstante o sistema de indexação existente. Às vezes os brasileiros tentam enganar-se, supor que seja possível conviver uma inflação desse nível, mas esta é obviamente uma ilusão da qual os estrangeiros não partilham. Para eles - e muito corretamente - uma inflação desse nível é impensável e absolutamente insuportável.

Mas, surge a pergunta seguinte, por que, então, o Brasil não consegue estabilizar sua economia, se outras economias latino-americanas, como a

Bolívia, o Peru e a Argentina, enfrentaram crise mais grave e, no entanto, foram capazes de controlar a inflação? Não consegue exatamente porque a crise não é suficientemente grave, e porque os brasileiros não revelaram a capacidade dos mexicanos e dos venezuelanos de realizar o ajuste antes que se descandeasse a hiperinflação aberta. Embora o Estado esteja falido, sem crédito, a sociedade resiste ao ajuste fiscal e à consolidação da dívida interna. Ou então, adota planos de estabilização tecnicamente incompetentes, seja porque não os formuladores de política econômica não reconhecem o caráter inercial da inflação - foi o que ocorreu nos planos de estabilização ortodoxos do segundo semestre de 1990 e de 1992 -, seja porque vêm nela apenas inércia, como aconteceu com o Plano Cruzado. Na Bolívia, no Peru e na Argentina a hiperinflação obrigou os governos a realizarem reformas dramáticas. No México e na Venezuela a inflação também terminou com um choque, o qual, entretanto, ocorreu antes que a situação econômica se tornasse insustentável. O Brasil, vítima de uma inflação mais indexada do que a de qualquer outro país, não logra tomar as medidas radicais que se impõem. Ou então as toma de forma incompetente. E dessa forma permanece na crise, apesar de todas as transformações por que sua economia e sua sociedade estão passando.